

toine Montchrétien (1576-1621) e William Petty (1623-1687), até Adam Smith e Ricardo, foram elaborando e constituindo em corpo de ciência a Economia Política clássica, servindo-se dos fatos econômicos de que eram participantes e espetadores ao mesmo tempo, para observarem e simultaneamente orientarem aquêles fatos no sentido do Capitalismo de que foram os ideólogos e com isso os teorizadores.

Se não é possível alcançar desde logo, como foi reconhecido acima, e não pode deixar de o ser, uma Ciência pròpriamente e aplicável a nossos fatos econômicos, acredito ser realizável, através do método dialético, um programa, traçado com linhas muito gerais, que indique o sentido no qual se há de caminhar para a constituição daquela Ciência.

III

Já vimos sumariamente no capítulo anterior, os fatos mais salientes e circunstâncias mais gerais da evolução econômica do Brasil. Podemos tirar daí algumas primeiras conclusões. A primeira delas, e essencial, é que a economia brasileira se organizou e evoluiu em função do comércio externo; mais particularmente, da exportação de produtos primários. Em consequência, tudo mais que nela se encontra é acessório e deriva direta ou indiretamente daquele setor fundamental, isto é, existe para ampará-lo e o manter em funcionamento. Essa é uma constante da evolução econômica do Brasil. O que não quer dizer que aquêle acessório não seja ou não possa ser de grande importância. Isso ocorre particularmente em nossos dias, com relação por exemplo à indústria manufatureira, cuja produção, que não se destina ao comércio externo, já superou sensivelmente o total da exportação. Pareceria mesmo, à primeira vista, que um dado estatístico como êsse pudesse ser interpretado como sinal de que a economia brasileira já não se apoia mais essencialmente na exportação de produtos primários. Isso todavia não é

exato, o que se comprova facilmente com o fato de que qualquer perturbação de nosso comércio exterior afeta substancialmente a vida econômica do país, o que não se dá, nem nas mesmas proporções, nem com o mesmo caráter, no caso da indústria ou de outras atividades não ligadas diretamente àquele comércio. E é precisamente para se compreender na sua integridade êsse fato, aparentemente paradoxal de uma acessório que medido quantitativamente supera o principal, que é preciso considerar os antecedentes dessa situação e investigar suas raízes históricas.

Podemos distinguir muito bem no curso de toda nossa evolução aquêles dois setores, isto é, o da produção destinada à exportação, do outro destinado ao mercado interno. Essa distinção constitui um traço característico e muito importante da economia brasileira. O valor relativo da produção em ambos os setores, computada em termos monetários, poderá variar e de fato variou muito; mas a relação respectiva, em termos qualitativos, é sempre a mesma: é o primeiro setor, isto é aquêles que produz para a exportação, que fundamenta o outro; sendo que êste último se destina sobretudo, e em última análise exclusivamente, a manter aquêles primeiros em funcionamento. Observamos isso muito bem no cotejo entre as diferentes fases da evolução econômica do Brasil. Assim por exemplo o nosso primeiro grande ciclo do açúcar que teve por teatro as regiões litorâneas do Nordes-

opção de
indústria
quantitativa
supera a
exportação do
bens
primários...

Mercado interno e
funcional ao exterior

te, desde a Paraíba até a Bahia, determinou uma atividade econômica de certo vulto, não ligada diretamente à exportação mas cuja dependência com relação à produção açucareira é evidente. Refiro-me à ocupação e desenvolvimento de extensas zonas, como os sertões nordestinos, de onde provinha o gado de corte necessário ao consumo de carne dos centros açucareiros; bem como de outros setores, êsses litorâneos, que abasteciam aquêles centros de produtos agrícolas. Além disso, o mesmo ciclo deu origem a algumas cidades importantes, como a Bahia e Recife, com suas atividades comerciais e industriais — mais precisamente artesanais — que tiveram certo vulto relativo.

Observamos a mesma coisa no ciclo da mineração de que derivaram o desenvolvimento de regiões pastoris extensas (Norte de Minas Gerais, Sul da Bahia, Sul de Minas) e agrícolas (Sul de Minas), bem como centros urbanos importantes localizados nas próprias regiões mineradoras; e também o Rio-de-Janeiro que deve sem dúvida à mineração o seu primeiro grande impulso — inclusive sua promoção a capital do Brasil e sede do Vice-Reinado. E' de notar que o Rio-de-Janeiro, por seu turno, impulsionará o desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, os Campos dos Goitacases (baixo rio Paraíba), e mesmo setores mais longínquos, como S. Paulo e Paraná. O ciclo da mineração deu origem também aos primeiros ensaios de

indústria brasileira: a ourivesaria, e sobretudo a manufatura de tecidos grossos de algodão.

As repercussões diretas e indiretas da conjuntura determinada por um ciclo, e que se vão propagando à medida que êle se desenvolve, são assim de maior ou menor monta conforme a importância daquêle ciclo. Os de menor abrangadura são muito mais localizados, e não se fazem sentir além dos estreitos limites dos centros produtores principais. O caso da borracha amazônica por exemplo, apesar de sua importância em valor de produção e exportação, ficou restrito às regiões produtoras, e suas repercussões fora daí foram mínimas. Isso se explica sobretudo pela curta duração do ciclo. Ao contrário disso, o ciclo do café teve e tem a amplitude que se conhece, e sobre a qual não há que insistir agora. Voltarei ao assunto na análise do que representa êsse ciclo, já não como ciclo apenas, mas como negação de tôda nossa evolução cíclica anterior. Isso contudo é por enquanto uma potencialidade apenas, e que se proporá unicamente quando fôr abordada a projeção futura da nossa economia, o que vem a ser a política econômica que constituirá a conclusão do presente trabalho.

Por ora ainda enquadraremos o ciclo cafeeiro, e tudo que veio com ele, na evolução normal e tradicional da economia brasileira. É um ciclo como os demais. E nesse sentido, tôda a superestrutura que se ergue sobre a economia cafeeira, não representa qualitativamente mais, apesar de seu vul-

*
Espargados
do ciclo do
Café.

to quantitativo, que as superestruturas que no passado se ergueram sobre o açúcar e demais produtos que fundamentaram nossos ciclos anteriores. É tal como essas últimas, um simples elemento acessório e derivado, mas que, na medida da ampliação do ciclo e da extensão dêle no tempo, vão adquirindo uma expressão e significação próprias e distintas das anteriores de simples elementos complementares. Já no passado isso ocorrera, em particular no caso do açúcar e da mineração; embora em proporções insignificantes em confronto com o que se daria no ciclo do café.

Êsse é um aspecto apenas, contudo, da evolução cíclica. É o seu ativo, a saber, o estímulo que traz a atividades complementares e que se vai propagando por repercussões diretas ou indiretas mais ou menos amplas. Consideremos o reverso da medalha, isto é, o que ocorre na fase descendente dos ciclos. Desaparecem os estímulos produzidos pela conjuntura favorável da exportação, e as atividades declinam e caminham para o aniquilamento. Uma economia, e também uma comunidade social estruturadas como foi visto no capítulo anterior para atenderem a uma determinada situação favorável à produção e exportação de um gênero demandado pelo comércio internacional, não se pode manter quando êsse objetivo desaparece, e com êle o estímulo econômico que representa. O empreendimento necessariamente decai e com êle a organização econômica e social em que se apoia e que o

realiza. Outra empresa idêntica vai surgir alhures, e para lá se deslocam populações e atividades. Assim se deu com a primeira grande empresa comercial e produtora do Brasil colônia, e que foi a do açúcar nordestino: ela se decompõe no correr do séc. XVIII para ser substituída pela mineração. E isso se vem repetindo em todos os nossos ciclos. Daí o nomadismo tão característico da população brasileira, essa instabilidade demográfica que se observa em todos os momentos de nossa história, e ainda hoje constitui um traço tão saliente da vida do país. Por ocasião e em consequência do encerramento de cada um dos ciclos, os dirigentes da empresa de produção e exportação que o determinaram, bem como os trabalhadores empregados nessa empresa, e com esses dois grupos fundamentais da população brasileira, também aqueles que desempenham atividades acessórias e necessárias à manutenção e funcionamento da produção principal, tudo isso se desloca e dirige para onde se vai instalar o novo empreendimento estimulador de outro ciclo. E com eles se transportam, além da força de trabalho, da iniciativa e capacidade, também os haveres que se podem levar. O que fica é o inaproveitável, são restos humanos e materiais inutilizados. Isso porque a seleção é em matéria de valores naturalmente negativa, como logo se vê: desloca-se o que há de melhor, porque entre uma empresa que surge promissora, e outra em vias de aniquilamento pela perda de seu objetivo essencial, não há evi-

deslocamento
populações
e os
ciclos.
nomadismo
brasileiro

dentemente escolha que ofereça dúvidas. Somente por contingências desfavoráveis será preferida a permanência.

Acrescenta-se assim aos fatores negativos da conjuntura desfavorável mais essa da perda, nos setores atingidos, de substância humana e material. Não há mais como, nessas condições, recompor uma vida que se destruiu pela base. Resta-lhe vegetar em níveis infimos de pura subsistência, aguardando a eventualidade incerta e tão precária de um novo estímulo vindo de fora. Daí esse marginalismo tão pronunciado e de tão grandes proporções que se observa no Brasil, e que é de todos os tempos de nossa história, inclusive o atual. Marginalismo de regiões inteiras e compactas que não participam, efetivamente, daquilo que se pode considerar a vida brasileira. Marginalismo também que se insinua por toda parte, mesmo nos setores mais desenvolvidos do país, e que se constitui das sobras humanas deixadas por ciclos anteriores e que por uma razão ou outra, mas geralmente de ordem negativa, não se puderam ajustar aos ciclos mais recentes. Aqui em S. Paulo mesmo, e bem perto de seus grandes centros, no vale do Paraíba, encontramos disso: ao lado de uma indústria e agropecuária relativamente prósperas que se desenvolveram pelo estímulo indireto dos ciclos mais recentes do café, encontram-se as sobras, hoje marginais, do ciclo que se extinguiu em fins do século passado e que fez daquela

BRASIL
MARGINAL

TEMPOS

região em certo momento, uma das partes mais ricas e prósperas do país.

É preciso notar muito bem essas circunstâncias para se compreender a economia brasileira. O nosso marginalismo é produto de decomposição de um ciclo que já foi florescente. Não é apenas como acontece normalmente em qualquer fase de desenvolvimento econômico, o refugo de um progresso em marcha que expelle o inaproveitável, e que por isso mesmo é geralmente o excepcional. Em nosso caso, o marginalismo é uma regra; é o resultado necessário (pelo menos assim sempre foi, e dentro do atual sistema não há razão para que não continue sendo) é o resultado necessário do progresso; é esse próprio progresso, podemos dizer, em sua última etapa. O marginalismo brasileiro

decorre do desenvolvimento como uma consequência fatal dele, porque representa uma das fases dêsse próprio desenvolvimento; e se verifica com intensidade e amplidão equivalentes às da fase anterior de crescimento. O dinamismo do ciclo é pela natureza dêle sempre o mesmo, e age num ou noutro sentido, no do crescimento e do declínio, com igual violência. Por isso a fisionomia do Brasil, tomado em conjunto, reproduz no espaço um fato histórico: é como a projeção num único plano e momento, da evolução cíclica do país. Percorrendo o Brasil, realiza-se uma verdadeira incursão pela história, já o notamos anteriormente, e assiste-se, nas diferentes partes do país, às fases sucessi-

Bondel

vas, ascendentes e descendentes daquela evolução, cada qual ocupando um ou mais pontos do território. Seria possível uma classificação "cronológica" das regiões brasileiras pautada pelos estágios sucessivos do ciclo econômico. Teríamos uma Geografia regional que seria ao mesmo tempo História.

Nada mais adequado que isso às condições específicas do Brasil, e nada mais capaz de proporcionar a compreensão de nossa estrutura econômica e de nossos problemas. Desde logo, mostraria como é imprópria a concepção dominante, hoje consagrada na Teoria do Desenvolvimento, segundo a qual o Brasil se define simplesmente como um país "subdesenvolvido." Interpretada rigorosamente — e somente assim tem conteúdo e apresentaria valor científico — a noção de subdesenvolvimento não se aplica ao Brasil; como tão pouco a de "país novo" que é entre nós tradicional, e de aquela teoria não é senão uma variante em termos pretendidamente científicos. O Brasil não é um "país novo", nem tampouco "subdesenvolvido", se representamos gráficamente êsses conceitos como pontos de uma curva ascensional de crescimento e desenvolvimento econômicos. O Brasil é hoje em dia, como foi em qualquer momento passado de sua história, expressão de um corte transversal praticado no tempo e que seccionaria os diferentes ciclos em progresso através de seu território, em pontos variáveis da curva representativa dêsse ciclos. Alguns dêles seriam apanhados em seus primeiros

momentos (seria o caso, por exemplo, do ciclo norte paranaense do café, ou o do ciclo do manganês que se esboça presentemente no Território do Amapá.) Outros ciclos se apanhariam em estágio mais avançado e maduro, como o do oeste de S. Paulo; outros se achariam em plena maturidade, como, digamos, o da extração de madeira nos pinheirais do sul brasileiro; mais outros apresentariam diferentes estágios de degradação progressiva e marginalismo mais ou menos acentuado, até o extremo da decomposição total de que não faltam exemplos, infelizmente tão numerosos, esparsos pelo Brasil afora.

Infância, juventude, adolescência, maturidade, velhice e senilidade encontram-se assim presentes em nosso país e sua economia, hoje como em qualquer época do passado. Assim também tôdas as fases de desenvolvimento, desde as primeiras e mais rudimentares de pioneirismo semibárbaro, até as de um super-desenvolvimento que para nós significa sempre decadência porque assinala o momento em que se esgotam as potencialidades do ciclo, e perece, por perda de seu objetivo, a empresa que condicionou o desenvolvimento anterior. É isso que nos apresenta a interpretação da economia brasileira feita à luz da experiência histórica. Ao contrário disso, a Teoria do Desenvolvimento, bem como a noção vulgar de "país novo", postula uma única linha de progresso, orientada sempre no mesmo sentido; e pressupõe um desenvolvimento necessário; se não efetivo pelo menos potencial. A



continua a ser

aceitarmos êsse critério, conceberíamos o Brasil como uma unidade e sistema econômico retardatário, e mais ou menos estacionário em muitos dos seus setores; mas apto desde logo a encetar ou apressar, conforme o caso, o processo de desenvolvimento. Ora isso é falso, como se vê pela análise acima procedida. Representa uma visão simplista da economia brasileira, pois o que verdadeiramente ocorre é um processo, ou antes um conjunto de processos que se desenrolam em ambos os sentidos, o do crescimento e da deterioração econômicos; e que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento, tanto num como noutro sentido.

Essa a situação geral e apresentada em termos que embora esquemáticos, permitem deslindar e compreender a complicação das situações concretas e específicas onde os elementos se confundem e baralham pelo fato de muitas vêzes aquêles processos se entrecruzarem e sobreporem uns aos outros. Sem contar as microflutuações do ciclo, cujo desenvolvimento geral tanto num como noutro sentido representa freqüentemente apenas a resultante mediana de oscilações de menor envergadura. Não considerando também o ritmo do processo, igualmente muito variável; bem como a defasagem entre os diferentes subprocessos que resultam das repercussões diretas ou indiretas do processo principal e a que me referi acima. De tudo isso decorre grande complicação do esquema fundamental de nossa evolução quando se analisam as situações

específicas. Mas essas situações somente se esclarecem e compreendem efetivamente quando interpretadas à luz daquela lei da evolução cíclica da economia brasileira que procurei destacar. Isso permite evitar muitas conclusões que parecem justificar-se numa análise superficial, mas que são de fato errôneas. É por exemplo o que se dá frequentemente quando se considera este setor Centro-Sul do país em que nos encontramos. Aqui os diferentes subciclos do café (considerando-se como tais os vários ciclos regionais que se apoiaram na produção cafeeira) se desenrolaram numa área que geograficamente se afunila em direção a certos pontos privilegiados por onde necessariamente se escoava para o exterior a produção cafeeira. Evidentemente toda a zona em que se encontram tais escoadouros, e que portanto os comanda, foi beneficiada por todos os subciclos do café, não importando ou importando secundariamente a sorte particular de cada um deles. Além disso, tivemos neste mesmo setor a superposição de ciclos diferentes (como o do algodão, que aliás somente foi possível porque o do café lhe preparara o terreno.) Decorre daí uma aparência de continuidade econômica, para o conjunto, que de fato não existe, pelo menos organicamente e em profundidade. Para compreendê-lo contudo, é preciso ter em vista a natureza especial de nossa economia, porque realmente é muitas vezes difícil enxergar à primeira vista atrás de alguns de nossos índices mais brilhantes,

a debilidade orgânica de uma estrutura econômica que essencialmente não se distingue daquela que resultou do ciclo do açúcar, da mineração, ou mais recentemente, do *rush* amazônico da borracha.

O mais grave da interpretação unilinear e simplista do desenvolvimento brasileiro, tal como ele se apresenta nas concepções mais correntes, é que ela se enquadra num plano prefixado pelo desenvolvimento da economia européia e dos Estados Unidos. Leva por isso, e tem levado de fato a conclusões de ordem prática às vezes muito perigosas.

A evolução capitalista daqueles países é mecânicamente transposta para o Brasil, e daí pretender-se (embora muitas vezes implicitamente apenas) que as forças atualmente impulsionadoras da vida brasileira são idênticas àquelas encontradas nos grandes centros capitalistas da atualidade com a única diferença de se mostrarem aqui menos intensas. Isso poderá ter uma aparência de verdade se se pretende assim afirmar unicamente que o Brasil, como o resto do mundo fora da esfera socialista, acha-se engajado num processo internacional e de conjunto em que predomina incontestavelmente o capitalismo. Será falso contudo se somente se fica nessa definição geral e por isso mesmo insuficiente, sem procurar a determinação da especificidade brasileira dentro daquele conjunto. Isso porque o capitalismo, na sua expressão integral, isto é, com todas as componentes econômicas e sociais que o configuram na Europa e nos Estados

Unidos, não ocorre no Brasil. O que temos é uma superposição de formas capitalistas que atingiram e contaminaram mais ou menos profundamente a economia brasileira; mas que vieram de fora e por cima, não constituindo expressão de forças espontâneas e autóctones derivadas do próprio desenvolvimento nacional (como se deu nos países da Europa, e por extensão nos Estados Unidos, que não é senão uma Europa transposta para a América.) Aquelas formas não brotam assim do íntimo do organismo social brasileiro; pelo menos não foi assim até hoje.

Vejam os esse ponto com atenção. O que caracteriza essencialmente o Brasil no conjunto da economia mundial, como sempre caracterizou, é como vimos no primeiro capítulo, o seu papel de fornecedor do comércio internacional de alguns gêneros tropicais e produtos primários. Essa é uma constante fundamental da economia brasileira que vem de seus primórdios e se prolonga até nossos dias, condicionando o essencial da evolução e da estrutura econômicas do país. Essa função internacional do Brasil — que constitui na realidade *toda* a sua função e define sua identidade econômica, e poderíamos dizer que a social também — se exerceu no transcurso de seus quatro séculos de história em fases diferentes da evolução econômica européia, sem que o Brasil propriamente modificasse o sentido e caráter de seu desenvolvimento.

*
↑

Determinação
→
ORNECEDOR
PRIMÁRIO

Na posição subordinada e dependente em que sempre se encontrou o nosso país por força mesmo daquela função acessória, ele se adaptou a todas aquelas fases; ou antes, cresceu rígida e passivamente enquadrado no papel e lugar que lhe tinham sido destinados pelo conjunto econômico internacional em que se formou e de que recebera o sópro vital.

Assim ocorreu também na fase do capitalismo moderno e industrial — em contraste com o capitalismo comercial que o precedera — e que alcança o Brasil ou começa a influir nêle depois de sua separação dessa metrópole retardatária que era Portugal. O capitalismo moderno terá aqui, é certo, repercussões importantes que irão atingindo progressivamente as instituições da antiga colônia. Mas isso é muito mais em superfície que em profundidade. É fácil observar como a penetração capitalista resulta principalmente, e mesmo a princípio exclusivamente de pressão ou influxo puramente externo. Não caberia desenvolver aqui um assunto que nos levaria para os pormenores da história econômica do século passado. Lembrarei todavia a título de exemplificação, o ocorrido no setor das relações de trabalho. O traço fundamental do capitalismo, aquilo que essencialmente o caracteriza e que vem a ser o trabalho livre, desenvolveu-se no Brasil em substituição ao trabalho escravo, como se sabe, por efeito direto ou indi-

→ em função
de forças
internas

de:
Vigência do
trabalho
&
escravidão

reto, mas sempre muito próximo, de contingências exteriores. Não preciso insistir aqui no papel que em tal eventualidade teve a pressão externa, da Inglaterra em particular, contra o tráfico africano cuja extinção constituiu sem dúvida o fato econômico decisivo da decadência e afinal abolição da escravidão.

Temos nesse caso uma instância bem ilustrativa do que significou para a economia brasileira uma evolução por assim dizer forçada para um novo tipo de estrutura que não derivava natural e espontaneamente de seu dinamismo próprio. Mais que uma transformação profunda e radical — que aquela evolução deveria normalmente implicar — houve antes uma adaptação mais ou menos bem sucedida do trabalho juridicamente livre aos velhos quadros do regime servil. Isso ocorreu até mesmo com o imigrante europeu; e alguns sintomas exteriores e facilmente observáveis das relações de trabalho na agricultura brasileira, mesmo depois da introdução do trabalhador europeu, mostram-no muito bem. O imigrante não mereceu, durante muito tempo e até época bem próxima de nós, tratamento e consideração muito melhores que os dispensados aos antigos escravos. Entre outros, o sistema chamado da “imigração subvencionada” que teve papel considerável no setor do recrutamento de mão-de-obra para as lavouras, conservou muitos pontos de semelhança com o antigo tráfico africano; e as condições de trabalho do imigrante prático-

de mais, por a ...
de ...
de ...
de ...

...
...
...
...

...
...
...

camente equivaliam às do escravo; com essa diferença, em rigor mais formal que outra, da liberdade jurídica. Sem entrar em pormenores do assunto referirei apenas — e é isso que do ponto de vista econômico tem maior interesse — que a primitiva estrutura agrária herdada da Colônia, a saber, a grande propriedade, tipo *plantation* dos economistas anglo-norte-americanos, permanece tal qual mesmo depois de abolida a escravidão, perpetuando-se assim um sistema que constituiu sem dúvida grave obstáculo oposto ao desenvolvimento propriamente capitalista da agricultura brasileira. Ficamos nesse setor a meio caminho entre o agrarismo escravocrata do passado e essa agricultura capitalista.

Isso que ocorreu nos quadros fundamentais da economia brasileira, também caracteriza o conjunto. As relações capitalistas de produção se difundiram no Brasil sem contudo tocarem a substância de sua feição econômica. Continuamos essencialmente o que éramos no passado, a saber, um produtor de matérias-primas destinadas ao abastecimento de mercados estrangeiros. Em outras palavras, um território e população periféricos do sistema internacional do capitalismo. E' numa tal base colonial que continuou assentando a economia brasileira; inclusive os rudimentos de capitalismo aqui introduzidos por obra e graça da transformação operada no mundo moderno e cujos efeitos passivamente sofremos. Em outras palavras, conti-

SISTEMA
PLANTAT
COMO OBST
DO CAPITAL
NO AGRICULT
BRASILEIRA

nuamos periféricos do sistema internacional, e “capitalistas” sobretudo no sentido que em capitalismo se tornou êsse sistema. No mais, nada se modificou substancialmente. Como simples economia complementar — tal qual muitas outras que são sempre nossos eventuais substitutos — compreendemos e significamos apenas uma parcela ínfima do processo capitalista e do moderno giro de valores: somos a máquina ou aparelhamento que momentâneamente produz um artigo mercantil demandado nos centros que comandam o funcionamento do sistema. E por isso a economia brasileira continua girando em círculo, tal como no passado; isto é, montando e desmontando ao sabor daqueles centros, emprêsas produtoras que são como apêndices longínquos dêles. Em tôrno dessas emprêsas, e por elas bafejadas e estimuladas, desenvolve-se uma atividade mais ou menos ampla, e que chega até a iludir quem não lhe penetra os fundamentos; mas que em última instância nada mais representa que o acessório de tais emprêsas e que se inutiliza quando elas perecem. Eventualidade essa, notemos bem, que não depende de nós mas sobretudo e ainda do sistema de que participamos e que nos ultrapassa, centralizando-se muito além de nossa esfera de ação.

Nessas condições, o capitalismo brasileiro é pouco mais que uma forma exterior e sobreposta. Não representa fundamentalmente o sistema geral aglutinador e promotor de nossas atividades eco-

nômicas. Faltam-lhe por isso elementos e peças essenciais com que contaram e contam ainda os países de estrutura verdadeiramente capitalista. Vê-se por aí como é falha e insuficiente outra noção que ouvimos repetir-se freqüentemente, isto é, de que o Brasil se encontra num estágio “pré-capitalista”, o que dá a entender que estamos engajados num processo de evolução para o capitalismo que se trata quando muito de estimular e apressar. Posta a questão nesses têrmos simplistas, a noção é totalmente errônea, pois nos equipara aos países capitalistas da atualidade quando êles se encontravam numa fase que precedeu imediatamente o seu estágio atual. Identificação essa que não procede, mesmo quando nos restringimos, como naturalmente deve ser aqui, aos têrmos próprios e precisamente econômicos da questão. Vejamos êsse ponto.

O que caracteriza a fase pré-capitalista dos países a que nos referimos (e não pode haver outro ponto de referência, a não ser que façamos história por imaginação e suposições) é que naquela fase germinaram e se desenvolveram *motu-próprio* os fatores que levariam o capitalismo a bom têrmo, e que se transformariam então nos elementos constituintes que estruturam o sistema econômico de tais países. Note-se que tais fatores responsáveis pela eclosão e consolidação do capitalismo, constituíram-se e cresceram em função do próprio regime que precede o capitalismo, a saber, o feudalismo

como sistema de relações de produção. Representam tais fatores os aspectos negativos do feudalismo; e embora dêe resultantes, constituem-se em oposição e como oposição a êle. Acabaram por destruí-lo, como tinha de ser, pela própria natureza do processo; e daí resultou o capitalismo.

O capitalismo foi assim na Europa, antes de tudo, a negação, a oposição, o elemento de destruição do sistema feudal de relações de produção; mas nem por isso menos elemento daquele sistema. E' isso que constitui originariamente a essência do capitalismo. Coisa muito diferente ocorreu e ainda ocorre no Brasil. Aqui o capitalismo, ou antes os fatores de que resulta ou poderia resultar o capitalismo brasileiro, não derivam do desenvolvimento próprio das forças produtivas do país e da decomposição do sistema econômico vigorante como se deu na Europa com relação ao sistema feudal. Vimos como o advento do capitalismo representou no Brasil unicamente uma transformação superficial que não atingiu os fundamentos da estrutura brasileira. Impôs-se mais por contingências estranhas ao país, e não resultou da maturação de fatores próprios; e o que é mais, constituídos em função e oposição ao sistema econômico brasileiro, isto é, sistema de país periférico e de economia complementar. Vimos isso mais acima. Pode-se dizer que o capitalismo entre nós "acrescentou-se" ao sistema existente e que vinha de muito antes. Ou se preferirem, êsse sistema ajustou-se mais ou

menos convenientemente a um novo tipo de relações que fôrças estranhas lhe impuseram.

Essa a razão aliás por que o *nosso* capitalismo (não me estou referindo por ora ao capitalismo como sistema internacional de conjunto em que o Brasil se dispõe como setor periférico e complementar) o nosso capitalismo se deu tão bem com um sistema que em rigor não deveria harmonizar-se com êle (como de fato e em última instância não se harmoniza), uma vez que tal sistema dificulta seu progresso. Como se observa facilmente, o capitalismo se instalou entre nós e está-se desenvolvendo aqui paradoxalmente na base do sistema colonial da economia brasileira em que se apoia e de que se alimenta. Isso evidentemente não se passou e não se passa ainda, e cada vez mais acen-tuadamente, sem deformações tanto de um como de outro daqueles elementos constituintes da nossa estrutura atual, a saber, o capitalismo e o sistema colonial. Encontra-se aliás nesse fato uma das principais fontes de contradições da economia brasileira de nossos dias. Contradições essas que se manifestam em um sem-número de circunstâncias da nossa vida econômica. Mas disso tratarei mais adiante, porque é precisamente em tais contradições que se encontram os fatores de transformação da economia brasileira. Assinalarei aqui unicamente um sintoma em que tudo isso que acabamos de referir se espelha muito bem; e de maneira tanto mais significativa que se exprime em formula-

ções encontradas amiúde na discussão de nossas questões econômicas.

Trata-se da posição que tomam os cafeicultores brasileiros. Queixam-se eles freqüentemente da indústria, e sentem-se espoliados na sua qualidade de “sustentáculos”, como afirmam, da economia do país. Todos conhecemos isso, e de nada valeria comprová-lo com referências expressas. Por seu lado, os industriais embora defendendo suas posições e interesses, o que é natural, e apontando para a importância e significação econômica de suas atividades, no que estão certos, não negam e não podem negar que se encontram instalados por sobre a cafeicultura; e que sem essa base, não poderiam sustentar e manter suas atividades. Procuram por isso, em regra, ladear a questão quando interpelados.

Vejamos quais são, em profundidade e além dos debates pragmáticos e naturalmente ditados por interesses financeiros imediatos, os fatos econômicos que inspiram, explicam e justificam tais discussões. E' que os cafeicultores, como promotores diretos e principais responsáveis do funcionamento do sistema colonial representado pela produção e exportação do café, percebem muito bem que são os agentes máximos daquele sistema que constitui o fundamento essencial da economia brasileira. A sua posição, portanto, lhes parece ímpar; e é natural que pretendam aos maiores proveitos financeiros do sistema, o que vem aconte-

Caficultores
x
Industrias
Sot. Colonial
x
Comércio

cendo cada vez menos. Doutro lado, os industriais, que formam a vanguarda do capitalismo brasileiro, também percebem perfeitamente que se mantêm e desenvolvem, em última instância, à custa e por mercê da produção e exportação cafeeiras. Isso por diferentes motivos, sendo o principal e fundamental o fato que a indústria brasileira, além da mais-valia que retira do trabalho nela empregado, capta por processos indiretos uma boa parte do sobretrabalho e renda fundiária que vem das lavouras cafeeiras e que se desvia assim de seus titulares imediatos: os fazendeiros. (Apoiam-se assim em última instância, ou antes, apoia-se o capitalismo brasileiro de que a indústria é, como usufrutuário principal, também o representante mais legítimo, no equilíbrio atual da economia brasileira e no sistema colonial que o realiza.) Daí a situação de inferioridade em que vemos muitas vezes colocado aquêle setor no curso das discussões a que me referi, e os esforços que faz para ladear os pontos essenciais da controvérsia. Mais que isso ainda, os nossos homens do capitalismo sentem-se na contingência de respeitarem aquêle sistema, e não ousam contra êle, em regra, nenhum ataque frontal. Isso apesar de saberem muito bem — os mais esclarecidos pelo menos — como tal sistema, sob muitos aspectos, os atinge em seus interesses. Entre outras razões por que êsses contingentes de população rural miserável que constitui a massa dos trabalhadores das fazendas brasileiras, seriam para a in-

dústria muito mais interessantes como consumidores em larga escala, o que nosso sistema econômico vigente torna impossível. Não foi certamente por sentimentalismo que o economista e líder industrial Roberto C. Simonsen propunha como princípio fundamental do desenvolvimento industrial e comercial do Brasil, a elevação da renda *per capita* da população do país. (8)

Que conclusões podemos tirar de tudo isso? E' que situando-nos no ponto-de-vista do sistema colonial da economia brasileira, que é o dominante em nossos dias, e por circunstâncias de ordem política que não cabe discutir aqui não pode deixar de ser enquanto tais circunstâncias não forem profundamente modificadas, no ponto-de-vista do sistema colonial observamos muito bem como nosso capitalismo indígena se encontra na dependência daquele sistema, como se ajusta a êle e dêle se alimenta. Embora não deixe também de sentir-lhe as conseqüências nefastas, o que constitui fonte de contradições que se vão agravando cada vez mais. Num outro ponto-de-vista, que considerarei mais adiante, observaremos como será possível ao capitalismo brasileiro superar a posição dúbia em que por ora ainda se encontra; e como, na medida em que representa ainda um elemento capaz de propulsionar as fôrças produtivas do Brasil (e julgo

(8) Roberto C. Simonsen, *O Planejamento da Economia Brasileira*, S. Paulo, 1945.

que essa medida ainda existe), êle pode transformar-se de um apêndice parasitário do sistema colonial brasileiro, em um dos fatores de destruição dêsse sistema.

Tenho-me referido até aqui, em particular, ao capitalismo pròpriamente brasileiro, isto é, que diz respeito às nossas relações econômicas internas e domésticas, distinguindo-o assim, no conjunto das relações capitalistas de produção em que nossa economia se acha engajada de um século e tanto a esta parte, daquelas relações específicas e também de natureza capitalista que nos ligam ao sistema internacional onde figuramos como setor periférico e complementar. /Essa distinção se justifica, e é mesmo necessária, porque nossas relações capitalistas internacionais independem no essencial e fundamental, do fato de nossa estrutura apresentar traços mais ou menos acentuadamente capitalistas. /Noutras palavras, poderíamos ser internamente muito menos "capitalistas" que somos, e nem por isso nos entrosarmos menos no sistema capitalista internacional. Ocorre isso em muitos países de economia periférica e complementar semelhante à nossa — como entre outros, nas colônias da África ocidental, oriental e equatorial, ou aqui mesmo na América, nas Guianas —, sem que por isso tais países sejam menos intimamente entrosados no sistema internacional do capitalismo.

Dêsse ponto-de-vista de suas relações internacionais, o capitalismo contemporâneo recebeu a de-

signação consagrada há muito pelos economistas, e já hoje pela terminologia vulgar e corrente, de *imperialismo* (9). Esse aspecto do capitalismo contemporâneo é aliás tão importante que já hoje o caracteriza em conjunto. O capitalismo de nossos dias confunde-se, no que tem de essencial, com o imperialismo, tal a importância e significação que têm para êle suas relações internacionais expressas na dominação exercida pelo capital financeiro centralizado em alguns pontos restritos do sistema, sobre o resto do mundo fora da esfera socialista.

Sob certo aspecto, o imperialismo não se distingue de outros sistemas econômicos internacionais que o precederam e que também, como êle, significam a dominação econômica de uns países e povos por outros. Nós aqui no Brasil nascemos e nos desenvolvemos dentro de um desses sistemas aqui implantado pela Metrópole portuguesa. Mas o imperialismo pròpriamente se distingue e individualiza não somente pela amplitude, universalidade e penetração muito maiores da dominação, como sobretudo pela natureza do fator que o anima e impulsiona, e que determina circunstâncias e situações específicas bem caracterizadas: esse fator é o capital financeiro. Como se sabe, é na fase que

(9) Foi John A. Hobson, ao que parece, o primeiro a usar a expressão em sua acepção econômica e atual; e isso desde 1894, data da primeira publicação de seu famoso livro, *The evolution of modern capitalism*.

o capitalismo passa de industrial a financeiro — o que se deu no correr do século passado, e se afirma plenamente no último quartel dêle — é nessa fase que o capitalismo se faz em imperialismo por efeito da predominância absoluta do capital financeiro sobre o conjunto da economia dos países capitalistas, e daí transborda para além das fronteiras nacionais e se internacionaliza.

Não posso entrar aqui nos pormenores desse processo, e considerarei unicamente o que dêle resulta com respeito a países de nosso tipo, e ao Brasil naturalmente em particular. A penetração e domínio da finança internacional ou imperialismo, encontrou entre nós uma situação para êle ideal. O sistema da economia brasileira e a dependência que daí resultava para o país, fizeram do Brasil um campo aberto e praticamente indefensável. Nesse particular, distinguimo-nos bastante de outras colônias ou semicolônias, como as do Oriente asiático, onde a expansão imperialista encontrou estruturas sociais e econômicas consolidadas por um longo passado, e que embora se tivessem prestado mais ou menos facilmente, desde o XVI séc., às atividades comerciais dos mercadores europeus, reagirão violentamente contra a penetração muito mais profunda do imperialismo que virá afetar pela base uma estrutura e organização milenares.

No Brasil não houve nada disso: já constituíamos, antes do advento do imperialismo, e pela pró-

IMPERIALISMO

herança de
estruturas
coloniais
adequadas
ao
Imperialismo

pria essência de nossa economia e estrutura, uma simples dependência do comércio internacional, nada mais que um apêndice dêle. Éramos isso e unicamente isso, não havendo um setor ponderável de nossa economia fora desse sistema colonial. Todas as peças da economia brasileira eram também peças daquele sistema: a análise feita anteriormente mostra-o muito bem. Nessas condições, a transposição desse tipo de relações internacionais para o plano imperialista se fez quase imperceptivelmente. O que a história mostra pela ausência que nela se nota de conflitos significativos que doutra maneira por certo ocorreriam, como ocorreram noutros lugares. Até pelo contrário, o que se nota entre nós é que a penetração imperialista pareceu em geral, até época relativamente próxima, como um benefício, e se recebeu de braços abertos. Muito poucos foram aqueles que previram o que trazia em seu bojo; e esses mesmos não tinham uma consciência muito clara do fato. A finança internacional era ansiosamente reclamada; e no consenso geral, com poucas vozes discordantes, o Brasil não poderia subsistir nem muito menos progredir sem o seu concurso.

Encontramos ainda hoje resquícios desse estado de espírito, e não falta quem na maior boa fé (não me refiro evidentemente a opiniões ditadas por interesses pessoais) mantenha aquêle ponto-de-vista da necessidade do capital imperialista para nosso desenvolvimento econômico. Discutir

agora esse assunto seria aproveitar-se de argumentos hoje em dia muito fracos, de tanto que já foram refutados; e simular com isso uma vitória já consolidada há muito tempo. O que lhe pretendo acrescentar aqui são unicamente alguns aspectos que servirão, segundo penso, para penetrar mais a fundo na natureza íntima do mecanismo imperialista e suas raízes em nosso país. Isso contribuirá para facilitar a tarefa de excluir sua participação de nossa vida econômica.

A razão principal e fundamental por que o imperialismo se apresentou ao Brasil com feições tão favoráveis a ponto de merecer a boa acolhida que teve, é que ele veio efetivamente reforçar o sistema econômico vigente em que o país apoiava toda sua existência. Era natural assim, na perspectiva daquele sistema (e não havia outra então, como não haverá até época muito próxima de nós), que o imperialismo fosse tido como estímulo progressista. E era-o de fato, embora só nas circunstâncias específicas do regime econômico dominante no Brasil, uma vez que reforçava e estimulava o sistema em que tal regime se apoiava. O refôrço que o capital financeiro internacional traz ao sistema colonial de países do nosso tipo é hoje reconhecido geralmente. Em primeiro lugar pelo estímulo direto que proporciona às atividades ligadas à produção primária de artigos de exportação. As estatísticas mostram que as inversões estrangeiras em países coloniais e semicoloniais foram sobretudo

IMPERIALISMO

na ausência de
depois disso

PROGRESSO

ATIVIDADE DE EXPORTAÇÃO

em tais atividades (10). Dispensamo-me aqui de analisar essas estatísticas, aliás plenamente concludentes, e referirei apenas a opinião de um economista que se dedicou particularmente a essa questão: Ragnar Nurkse, professor da Universidade de Columbia (E.U.A.), que entre outras conclusões, escreve o seguinte: “O capital estrangeiro em países subdesenvolvidos dirigiu-se para as indústrias extrativas cuja produção foi destinada a países industriais adiantados”; e acrescenta adiante: “As inversões estrangeiras em vez de desenvolverem as economias de países agrícolas, serviram para enriquecerem e fortalecerem o sistema sob o qual êsses países se especializaram na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para exportação” (11).

Isso contudo é apenas uma parte da história, pois além dessas inversões diretas em atividades produtivas de artigos destinados à exportação, há outras em que o reforçamento do sistema colonial por processos indiretos foi muito mais poderoso — pelo menos no Brasil onde aquêle tipo de inversões diretas foi relativamente pequeno. Considerarei para exemplificar alguns daqueles processos. Deve-se em primeiro lugar, ou melhor deve o nosso sistema colonial ao capital imperialista a maior

(10) *International Capital Movements in the Interwar Period* (1949). Publicação das Nações Unidas.

(11) *Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos*. Revista Brasileira de Economia, dezembro de 1951, pg. 118.

parcela do financiamento da lavoura e do comércio do café, que certamente não se teriam desenvolvido como se desenvolveram na última parte do século passado, bem como no atual, sem tal concurso. O financiamento se realizou sobretudo através das casas comissárias e exportadoras — sendo de notar que a participação do capital estrangeiro nessas firmas exportadoras sempre foi considerável, bastando lembrar que ainda hoje mais de um terço da exportação cafeeira é realizada através de firmas norte-americanas. Onde contudo o capital estrangeiro interveio mais ativa e largamente no financiamento da produção e do comércio cafeeiros, foi por ocasião da execução dos chamados planos de valorização de 1906 e 1924.

Outra importante contribuição indireta que o capital imperialista trouxe para o sistema colonial é no setor dos transportes, onde foi sem dúvida a técnica moderna introduzida por ação daquele capital que permitiu a mobilização dos volumes imensos da produção exportável que doutra maneira não se teria podido realizar. A maioria das estradas de ferro brasileiras, projetadas no sentido do transporte de produtos exportáveis, se deveu ou à iniciativa ou ao financiamento do capital estrangeiro. E às vias de comunicação internas e terrestres, há que acrescentar a navegação marítima e transoceânica que não somente tornou possível o escoamento para o exterior da produção brasileira, contribuindo assim decisivamente para o desenvol-

vimento e reforçamento do sistema colonial, mas ainda participou e participa d'ele diretamente, através dos fretes, com apreciável parcela financeira.

Essas minhas observações poderão parecer paradoxais, porque envolvem à primeira vista uma crítica ao progresso técnico e comercial. Não estou contudo senão descrevendo e interpretando objetivamente os fatos, sem me preocupar ainda em tirar d'elles conclusões normativas; e muito menos em fazer apreciações de valor e pronunciar julgamentos. O que se pode observar, e é isso tudo quanto penso concluir do que foi dito, é que a eclosão dessa nova etapa do capitalismo que foi o imperialismo, bem como a transformação daí derivada do tipo de relações econômicas internacionais, resultaram para o Brasil, em primeiro lugar, num reforçamento do sistema colonial vigente; *isso inclusive por efeito dos progressos técnicos verificados.* Tudo conspirava para êsse fim, o que aliás se compreende, uma vez que a iniciativa do capital financeiro internacional, expressão do imperialismo, não podia ser senão no sentido do seu interesse comercial, e êsse interesse encontrava-se precisamente e essencialmente naquele sistema. A razão disso é óbvia e resulta da própria ação natural e livre jôgo dos fatores econômicos. Nurkse, o economista acima citado, nos apresenta êsses fatores no que têm de mais profundo e naquilo a que êles em última instância se reduzem; embora o faça

num texto onde procura “justificar” o imperialismo no seu papel de reforçador do sistema colonial — “justificação” perfeitamente dispensável, uma vez que não se discutem leis morais, e sim econômicas. O texto é o seguinte: “A concentração na produção primária para a exportação não foi o resultado de uma política preconcebida, ação conjunta, ou pressão política por parte dos Estados industriais credores. Foi um resultado perfeitamente natural do livre jôgo dos motivos do lucro privado. A orientação das inversões privadas é naturalmente ditada pela atração do mercado. Os grandes mercados, no passado, encontravam-se nos países industriais. Naturalmente o capital privado estrangeiro em países subdesenvolvidos achou proveitoso trabalhar para aquêles mercados, de preferência aos mercados internos onde o poder aquisitivo real da população era, via de regra, miseravelmente baixo.” (12)

Nurkse refere-se aqui particularmente às inversões diretas na produção de artigos exportáveis. Mas em última instância o estímulo a que se refere é o mesmo em inversões imperialistas de qualquer tipo. *É o mercado,* como diz muito bem o economista citado, que condiciona e orienta quaisquer atividades econômicas do capitalismo, seja diretamente no caso da produção, seja indiretamente no de outras atividades complementares (co-

(12) Loc. cit.

mécio, crédito, transporte, etc.). Ora no sistema colonial o *mercado* das colônias, pelo menos o mercado que essencialmente conta, situa-se por definição fora delas. Direta ou indiretamente, as iniciativas do capital financeiro internacional orientam-se assim sempre, em última instância, e por menos que às vezes seus promotores o percebem, no sentido de reforçarem o sistema que trabalha para aquêle mercado.

Sob êsse aspecto, o imperialismo não se distingue essencialmente de outras formas econômicas que o precederam na história do sistema colonial. Mas trata-se aí unicamente de um primeiro aspecto daquela fase do capitalismo, aspecto êsse que se irá complicando com o correr do tempo, aparecendo então situações originais e novas que plenamente caracterizam o novo sistema colonial incluído no sistema geral do imperialismo e do capital financeiro internacional. Vou resumir êsse ponto e esquematizá-lo, sem pretensões a uma análise exaustiva de assunto muito amplo; e com o fim único de caracterizar melhor aquêle neocolonialismo da etapa imperialista do capitalismo.

No antigo sistema colonial, o que prevalece e entra em linha de conta, praticamente com exclusividade, é o papel das colônias como fornecedoras de artigos destinados a alimentarem o comércio internacional. O que interessa às potências européias que com essa finalidade constituem seu domínio ultramarino, é o monopólio do comércio de

gêneros coloniais. E' isso que procuram a Espanha e Portugal com seus extensos impérios; mais tarde a Holanda, a Inglaterra, e em plano secundário a França e outras nações de menor expressão. O sistema colonial, que na história do séc. XVII é conhecido pela designação de Pacto Colonial, e inspira o mercantilismo, funciona então; e em consequência de sua própria natureza, como que num sentido apenas, no da exportação das colônias, consistindo essencialmente em captar os produtos delas a fim de os distribuir monopolisticamente pelos mercados da Europa. Essa situação se modifica desde o séc. XVIII, e particularmente no correr do século passado, por efeito da substituição do anterior domínio do capital comercial, pelo capital industrial. O imperialismo representa a última fase dêsse processo; e no que diz respeito às colônias e ao sistema internacional de equilíbrio econômico resultante do capitalismo naquele apogeu de sua carreira, já não se tratará mais como no passado de monopolizar o comércio de artigos coloniais, e sim de dominar as atividades econômicas em geral, fôssem de qualquer natureza e situação geográfica, a fim de estruturá-las convenientemente no sentido de produzirem e canalizarem em benefício dos detentores do capital (e do grande capital financeiro em nossos dias) a maior soma possível de mais-valia.

Entram então em linha de conta, no que diz respeito às colônias e ao sistema colonial (que é tu-

Pacto
Colonial

mod. e;
como se
mudava

no século
de artigos

monopólio
+ a maior
soma possível
de mais-valia

do quanto nos interessa aqui), tôdas as fases do ciclo econômico completo, a circulação econômica em tôdas suas fases que em última instância se reduz à transformação do trabalho em mais-valia; o que nas relações com as colônias se faz através da troca de produtos manufaturados dos países industriais pela produção primária colonial. O capital financeiro se sobrepõe inteiramente a essa troca em conjunto e centraliza ou procura centralizar em suas mãos tôdas as diferentes operações financeiras de que se compõe, a saber, a compra e venda nas diferentes fases da troca. Não se trata mais apenas de adquirir para venda os gêneros coloniais (como se caracterizava a época do capitalismo comercial), nem mesmo unicamente de abrir mercados para as manufaturas das grandes potências industriais (como se verificou no Brasil desde o início do século passado e depois da abertura dos nossos portos); e sim de tudo isso ao mesmo tempo e entrosado num sistema de conjunto em que a circulação das mercadorias através das diferentes formas que ela vai adquirindo desde a matéria-prima até o produto acabado, bem como as correspondentes fases sucessivas de produção e consumo em cada uma dessas etapas, tudo isso se realiza sob a hegemonia dos detentores do capital financeiro, e canalizando para êles a mais-valia captada nos diferentes momentos do processo.

Tais são, em suma e esquematicamente apresentadas, as circunstâncias em que funciona o sis-

tema colonial, o neocolonialismo da fase do imperialismo. Elas representam, como se vê, uma penetração estrangeira muito mais profunda na economia dos países coloniais e entrosamento muito mais íntimo dessa economia no conjunto e portanto na dependência internacional. Mas em essência, o que pròpriamente constitui o sistema colonial e que é a especialização daqueles países na produção primária destinada à exportação, isso é mantido, como é fácil observar na distribuição atual das atividades econômicas entre os centros imperialistas e os países da periferia colonial. Situação essa que se traduz numa distribuição de valores econômicos entre os dois setores (o central e o periférico) altamente vantajosa para o primeiro que se reserva a elaboração industrial da produção primária do outro, isso é, a fase mais produtiva e lucrativa. Além disso, e graças à posição dominante que ocupa nos mercados daquela produção (sem contar outros fatores, inclusive de ordem política, derivados dos econômicos) controla a comercialização dela. Para se avaliar o que isso representa como participação respectiva de ambos os setores no valor total das mercadorias produzidas com os artigos de origem colonial, pode-se considerar o caso do café, particularmente interessante para nós brasileiros. Segundo cálculo recente (1950) do Bureau Pan-Americano do Café, os torradores

e retalhistas norte-americanos absorvem 61,7% do valor do café consumido nos Estados Unidos. Acrescente-se a isso o que de tal valor ainda se desvia dos países produtores como frete marítimo e lucros comerciais na exportação (como já foi referido, mais de um terço da exportação cafeeira do Brasil é realizada por firmas estrangeiras), e verifica-se que talvez nem mesmo um terço do valor potencial da produção do café é realizado pelos países produtores.

De um modo geral, o funcionamento do sistema colonial no conjunto econômico integrado pelo capital financeiro do imperialismo acentua ainda mais a posição vantajosa dos países centrais em confronto com as economias que lhe são complementares. Sem contar a insinuação do capital financeiro em tôdas as atividades lucrativas das colônias, auferindo com isso indiretamente através de empréstimos, financiamentos, participação financeira, especulação comercial e cambial, etc., a maior parcela de proveitos de tais atividades, sem a contrapartida em geral de riscos, o sistema colonial, tal como opera atualmente, importa numa deterioração permanente das relações de troca em prejuízo das colônias; isto é, os preços relativos da produção primária e das manufaturas de cuja troca se constituem em última análise as relações comerciais entre países coloniais e industriais, se tornam cada vez mais desfavoráveis para a produção

primária (13). A posição dos países industriais onde se situam os centros do capital financeiro imperialista ainda é mais avantajado pelo fato que o mercado colonial é para as grandes indústrias daqueles países um setor suplementar e marginal que alarga seu volume de vendas sem acréscimo de instalações e despesas gerais. A não ser num regime de produção máxima e a pleno rendimento (que só ocorre excepcionalmente, como durante a última guerra, sendo nesse caso desleixado o mercado colonial), a produção destinada às colônias se assemelha a um subproduto de custo efetivo mínimo, se não nulo. Assim, embora pequena, aquela venda suplementar, como sempre acontece nesses casos, é particularmente lucrativa. E é com isso que os países industriais pagam, em última instância, a produção primária das colônias.

O imperialismo não trouxe assim modificação substancial do sistema colonial. Agravou-o mesmo, no sentido de fazer pender a balança de vantagens ainda mais acentuadamente em favor dos países centrais do sistema e em prejuízo dos periféricos. Resta-nos considerar um último aspecto da

(13) Ver a esse respeito o estudo organizado pelo Secretariado das Nações Unidas, *Relações de troca post-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados*, bem como o trabalho de Raul Prebisch, *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*. Este último trabalho, bem como extratos do estudo das Nações Unidas encontram-se publicados na Revista Brasileira de Economia, setembro de 1949. Para o caso do café, calculei os índices das relações de troca, no comércio internacional brasileiro, entre aquele produto, de um lado, e doutro, *máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios*, no período 1915-1948. Incluo esses índices em apêndice.

Contadup

situação atual que aparenta, à primeira vista, uma contradição entre o sistema colonial e as iniciativas do capital imperialista que parece nesse caso ir de encontro a tal sistema. Refiro-me à sua iniciativa no sentido de promover nas colônias atividades econômicas direta ou indiretamente orientadas não para a exportação e fornecimento de mercados exteriores, conforme o padrão do sistema colonial, mas para o abastecimento das próprias colônias. Esse setor do capital financeiro internacional, embora relativamente pequeno e de importância secundária, precisa ser referido para se ter um panorama completo da situação nos países periféricos nesta fase atual do imperialismo. (Tanto mais que esse setor, apesar das aparências, integra e completa o próprio sistema colonial, como logo se verá, e representa geralmente um fator de deformação do processo de industrialização dos países coloniais. Tende a mantê-los por isso no plano colonial em que se encontram.)

Considerarei no próximo capítulo a natureza específica e estrutura do mercado interno desses países. Ver-se-á então como tal mercado evolui em função do sistema colonial e se faz assim um elemento subsidiário e dependente desse sistema, sofrendo-lhe as contingências ditadas por fatores estranhos ao país e altamente perturbadoras por não encontrarem no equilíbrio econômico daqueles países os corretivos adequados. Por ora, e para o que nos interessa no momento, assinalarei que o

mercado interno das colônias é no fundamental, necessariamente suprido pelas importações, uma vez que em consequência do próprio sistema econômico em que as colônias se acham enquadradas, elas não conseguem organizar e estruturar convenientemente sua produção. A dependência em que se encontram é nesse sentido completa. Tivemos aqui no Brasil uma dolorosa experiência disso no correr da última guerra, quando uma redução da importação, mas redução apenas que embora grande não foi despropositada, desorganizou completamente a nossa vida e determinou a carência acentuada até de gêneros de primeira necessidade. Não preciso entrar nos pormenores desse assunto que é bastante simples e conhecido.

Note-se que esse comércio de importação representa uma das peças mais importantes do sistema imperialista, pois integra o ciclo comercial acima referido, a saber, aquela troca mercantil que funciona de maneira tão acentuada em proveito da finança internacional. Ele representa a contrapartida da corrente exportadora das colônias, e que permite, como se viu, pagar com valores relativamente insignificantes, aquela produção colonial. Ora as indústrias imperialistas que se instalam nas colônias, como aqui no Brasil, com a finalidade de operar para o mercado interno, não constituem na generalidade dos casos senão um complemento daquele comércio importador e nêle se entrosam intimamente. Nossa experiência a tal respeito é

concluente; e para verificá-lo, basta observar a origem e desenvolvimento daquelas indústrias: elas resultam em regra da luta de grandes emprêsas e trustes de âmbito internacional pela conquista de mercados. Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando representantes ou agências comerciais. Mais tarde, para se aproveitarem, além de outras conveniências, da mão-de-obra mais barata e dócil que o país lhes oferece, instalam aqui indústrias subsidiárias que são como prolongamentos delas, uma seção de acabamento dos produtos. O processo da produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz, a última, na filial instalada no Brasil. É naturalmente muito variável, de uma emprêsa para outra, e mesmo para cada qual delas em épocas sucessivas, a parte do processo da produção que cabe a uma e outra seção. Na indústria química e farmacêutica, por exemplo, há casos em que a seção brasileira se limita quase ao acondicionamento para o consumidor de artigos já acabados e produzidos na matriz. Na indústria mecânica, encontramos aqui a montagem de veículos automotores cujas partes essenciais são fabricadas nas matrizes. Há casos em que a participação da filial é mais importante, como na indústria alimentícia. Mas ainda nesses casos extremos, a indústria subsidiária aqui instalada se liga intimamente à sua matriz, não só por efeito de sua dependência financeira, o que se inclui na definição, mas também do

SBU / FFLUP / UOL

ponto-de-vista técnico (emprêgo de processos especiais de produção que exigem a assistência permanente e direta da matriz), bem como pela utilização de segredos de fabricação e de patentes de que a matriz é titular. Incluem-se neste último caso indústrias aparentemente brasileiras, e até instaladas com capitais indígenas ou parte apreciável desses capitais, mas que exploram patentes estrangeiras num regime de licença de tal maneira regulada que aquelas indústrias não constituem de fato senão subsidiárias de grandes emprêsas imperialistas. Posso citar nesse particular, entre outras, a indústria de vidro plano. *Santho Martinho, 1914*

Não discutirei aqui os inconvenientes que apresentam, do ponto-de-vista da industrialização brasileira e da estruturação de nossas atividades produtivas, essas iniciativas do capital financeiro internacional que não se enquadram harmônicamente na economia nacional, mas constituem aqui partes destacadas e desconexas que compõem realmente organismos estranhos. O mais importante a notar presentemente e no curso de idéias que estou seguindo, é que tais dependências de emprêsas cujo âmbito ultrapassa largamente a economia brasileira e nela não se ajustam (seria mais acertado dizer que é a economia brasileira que é forçada a ajustar-se a tais emprêsas), não passam, do nosso ponto-de-vista, de arremedos industriais cuja função e significação econômicas são unicamente de ampliarem as vendas dos grandes trustes interna-

cionais a que se filiam, assegurarem a êsses trustes uma participação avultada, se não hegemonia no mercado brasileiro, e tornarem assim mais eficiente, com o disfarce de produção interna, o que na realidade não passa de uma importação que pagamos sob forma de lucros, *royalties* e outras formas diretas ou indiretas de remuneração do capital, inclusive aquela que se realiza através do jôgo cambial. Acrescente-se a isso o que tais iniciativas representam como aproveitamento de uma fôrça de trabalho que estaria muito mais vantajosamente para nós aplicado em indústrias genuinamente brasileiras e orgânicamente entrosadas na economia nacional, não só colaborando com isso em atividades mais interessantes para nossa economia, mas ainda deixando no país a mais-valia que produz. Da maneira como as coisas estão hoje dispostas, aquela fôrça de trabalho e tudo quanto vai com ela, não representa senão um fator a serviço do capital financeiro internacional que resolve com isso alguns de seus problemas de venda e de extensão dos mercados para seus produtos. E assim, do nosso ponto-de-vista, as indústrias subsidiárias que para tal fim aqui instalam, não constituem mais que um acessório do sistema colonial; acessório êsse através de que os centros imperialistas complementam seu usufruto de um tal sistema.

Verifica-se portanto que com o advento do capital financeiro e da etapa imperialista da evolução do capitalismo, o sistema colonial embora com-

plicando-se e assumindo novas formas ignoradas no passado, conserva seus característicos essenciais, acentuando-se mesmo a posição periférica e complementar das economias do nosso tipo. A linha de evolução econômica do Brasil, dentro do que resulta natural e espontaneamente do livre jôgo dos fatores capitalistas, não nos conduziu com o advento do imperialismo, nem nos está conduzindo no sentido de uma transformação de padrões econômicos e de nossa tradicional posição de colônia e economia complementar. / O que ocorreu e está ocorrendo cada vez mais intensamente, como veremos nos próximos capítulos, é o aguçamento das contradições inerentes ao sistema colonial, e essas contradições, devidamente aproveitadas, abrem perspectivas para a transformação daquele sistema. Mas isso é muito diferente daquela situação postulada pelos economistas da Teoria do Desenvolvimento (que cito mais uma vez porque entre os economistas da velha escola, ao menos êles tomaram posição em princípio contra alguns dogmas clássicos da Economia Política), e que Prebisch assim descreve: "... O desenvolvimento econômico dos países que formam a periferia constitui uma nova fase de propagação universal dos novos métodos da técnica produtiva, ou melhor, o processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial" (14).

(14) *Interpretação do processo de desenvolvimento econômico*, Revista Brasileira de Economia, março de 1951, pg. 8.

De uma tal formulação se concluiria logicamente, embora simplistamente como faz a generalidade dos teóricos do desenvolvimento, que o problema dos países “subdesenvolvidos” consiste apenas em estimular aquela “propagação” que está na ordem do dia do “desenvolvimento orgânico da economia mundial”, e procurar os meios para chegar a isso a fim de elevar a produtividade daqueles países e da sua população ao nível da técnica moderna. Isso é desprezar o fato histórico que o baixo nível de produtividade de países como o Brasil não decorre do “atraso” de sua economia, mas pelo contrário, na maior parte dos casos e nos fundamentais, da inversão do desenvolvimento, através da flutuação cíclica da economia colonial, para a estagnação e a decadência.

O problema está portanto em deter aquela flutuação cíclica, eliminá-la pela raiz; e isso somente será possível com a subversão completa do sistema colonial e do imperialismo em que hoje tal sistema se engasta. A subversão portanto, e precisamente, daquele “desenvolvimento orgânico da economia mundial” que está acentuando cada vez mais o sistema colonial; inclusive quando introduz nos países coloniais a técnica moderna.

IV

Já foi observado anteriormente que uma política social, e a política econômica em particular, isto é, as normas de conduta e ação social e econômica, não se propõem e não se podem propor fora e acima dos fatos que tal política e tais normas objetivam orientar e conduzir. Os fatos são como são, têm uma existência e encerram um dinamismo próprios que independem de nossa vontade individual; e nesse sentido não podemos intitular-nos árbitros deles. Essa seria a posição idealista e utópica na qual se colocam todos aqueles que pretendem sobrepôr-se aos acontecimentos e ditar-lhes regras. Não é assim que se alcança a ciência normativa; ou pelo menos não é assim que se consegue fazê-lo com segurança e precisão. (Qualquer política ou norma prática deve resultar do próprio processo de desenvolvimento dos fatos; constitui por assim dizer uma das circunstâncias daquele desenvolvimento, e nesse sentido a êle se subordina.) Pode-se afirmar isto inclusive da finalidade ou fim que se objetiva, e que também não se propõe e não se pode propor fora e acima dos fatos. Essa questão todavia da finalidade de uma política econômica brasileira na